

(i) Valor transferido entre grupo ativo imobilizado e ativo intangível. Reclassificação entre as contas.
12. Arrendamento - Direito de uso: A movimentação dos ativos de direito de uso está abaixo apresentada.

	2022	2021
Saldo inicial	84.347	69.663
Novos contratos	22.998	40.482
Reajustes contratuais	19.381	11.421
Contratos encerrados	(7.000)	(3.884)
Depreciação	(21.767)	(19.535)
Outros ajustes (i)		(13.680)
Saldo final	97.959	84.347

A movimentação dos passivos de arrendamento no exercício de 2022 e 2021 está abaixo apresentada.

	2022	2021
Saldo inicial	89.116	69.663
Novos contratos	22.997	40.482
Reajustes contratuais	19.380	11.421
Contratos encerrados	(7.423)	(3.818)
Juros reconhecidos	10.405	7.501
Pagamento de juros	(10.405)	(7.501)
Pagamento de principal	(18.575)	(18.092)
Outros ajustes (i)	-	(10.541)
Total	105.495	89.116
Circulante	20.151	17.192
Não circulante	85.344	71.924

14. Empréstimos e financiamentos: Os financiamentos contraídos pela Companhia são divididos nas modalidades abaixo:

Contratos financeiros	Moeda	Indexador	Encargos financeiros a.a.	2022		2021	
				Circulante	Não circulante	Circulante	Não circulante
Capital de giro	EUR	Libor + CDI	2,16% a 2,39%	53.974	-	-	-
Capital de giro	USD	Libor + CDI	1,56% a 4,11%	65.165	-	57.300	48.912
Capital de giro	BRL	CDI	1,83% a 3,58%	26.900	29.693	72.456	152.520
Debêntures	BRL	CDI	2,50%	-	101.403	-	-
Certificado de recebíveis imobiliários	BRL	CDI	2,00%	-	100.858	-	-
Risco sacado	BRL	n.a.	1,04% a 1,41%	121.917	231.954	167.139	-
				367.956	231.954	296.925	201.432

A Companhia reclassificou a operação de risco sacado, anteriormente apresentado em "Fornecedores", para a conta de "Empréstimos e financiamentos", procedendo com o ajuste em seu período comparativo, no valor de R\$ 167.139 em 31 de dezembro de 2021. A Companhia ajustou, também, as despesas relacionadas a risco sacado, anteriormente apresentadas como "custo de mercadoria vendida" para "despesas financeiras", no valor de R\$ 5.054 em 31 de dezembro de 2021. Tal ajuste foi realizado para refletir os efeitos de risco sacado nas operações da Companhia, dando maior clareza e divulgação dessas operações. Tais ajustes não resultaram em efeitos no total de passivos circulantes e no lucro líquido em 31 de dezembro de 2021, não impactou na conformidade das cláusulas restritivas existentes de empréstimos, assim como não resultaram em efeitos materiais na Demonstração dos Fluxos de Caixa, na Demonstração de Resultados Abrangentes e na Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido. No ano de 2022, a Companhia captou R\$ 459.222 em novos empréstimos e liquidou R\$233.806 com o intuito de aproveitar linhas de crédito mais favoráveis e ainda alongar a dívida de longo prazo visando dar mais fôlego para suas atividades operacionais. Seguindo essa estratégia, em 31 de dezembro de 2022, a Companhia reclassificou R\$ 77.800 do passivo não circulante para o circulante, na intenção de liquidar esses empréstimos nos próximos 12 meses. O alongamento da dívida da Companhia, tanto para as debêntures quanto para os certificados de recebíveis imobiliários trouxeram consigo cláusulas restritivas ("covenants") vinculadas à performance (relação de dívida líquida/EBITDA em índice não superior à 3,5 vezes para o exercício) e à distribuição de dividendos ao acionista não ser superior à 35% do resultado do exercício antes de qualquer destinação. Em relação à performance, a redação de composição do EBITDA traz consigo a inclusão do resultado financeiro cabível à operação da Companhia, tal como descontos concedidos e juros recebidos de clientes e descontos recebidos de fornecedores e a exclusão de outros ganhos e perdas na avaliação de ativos, desde que sem efeito caixa. E em relação à distribuição de dividendos ao acionista vale mencionar que o percentual reduz para os próximos exercícios saindo dos 35% para o ano de 2022 para 30% em 2023 e 25% de 2024 em diante. Destaca-se que o índice real da Companhia em 31 de dezembro de 2022 ficou dentro dos limites estabelecidos em ambas cláusulas restritivas. Adicionalmente, há ainda um contrato adicional anterior à emissão das contratações de longo prazo (o qual a Companhia pretende quitar em 2023) que previa em suas cláusulas restritivas que a relação dívida líquida/EBITDA não se apresentasse em índice superior a 2,5 vezes para o exercício. Esse acordo por sua vez, considera como dívida apenas as dívidas bancárias (bilaterais), ou seja, sem considerar as operações com risco sacado. Destaca-se também que, considerando a métrica do cálculo prevista, o índice real da Companhia ficou dentro dos limites estabelecidos. Composição por vencimento dos empréstimos classificados no não circulante:

	2022	2021
2024	4.163	4.163
2025	946	946
2026	1.933	1.933
2027	39.768	39.768
2028	185.144	185.144
Total	231.954	231.954

15. Provisões para litígios e depósitos judiciais: a. **Provisão para litígio:** A Companhia é parte envolvida em processos trabalhistas, civis e tributários e está discutindo essas questões tanto na esfera administrativa como na judicial, as quais, quando aplicáveis, são amparadas por depósitos judiciais. As provisões para as eventuais perdas decorrentes desses processos são estimadas pela administração, amparada por seus assessores legais externos.

	Provisão para litígios		Depósitos judiciais	
	2022	2021	2022	2021
Cível	294	415	222	284
Trabalhista	1.706	979	222	284
Tributário	206	33.060	44.005	27.289
Total	1.661	34.454	44.227	27.573

Os processos nos quais a Companhia é parte integrante podem ser divididos da seguinte forma: **Cíveis** - processos referentes a relação de consumo, principalmente, procedimento administrativo para a apresentação do INMETRO e ainda processos vinculados às vendas via E-commerce; **Trabalhista** - referem-se, principalmente, a reclamações de empregados vinculadas a disputas sobre o artigo 62 da CLT que trata de atividade externa; **Tributário** - referem-se a provisões de riscos previdenciários e também relacionados à uma ação de mandado de segurança visando o reconhecimento do direito a não mais se submeter a exigência de recolhimento do Diferencial de Alíquota de ICMS incidente sobre operações interestaduais envolvendo mercadorias destinadas a consumidores finais não-contribuintes situados neste Estado. No total a Companhia possui 11 ações propostas nos seguintes estados: PR, RN, BA, PI, RS, PE, SC, CE, MG, RJ e SP, no total já foram depositados em juízo R\$ 60.524 sendo obtido o resultado favorável nos seguintes estados: SP, RJ e PE, totalizando com o valor de R\$ 17.186 já devolvido à Companhia. Dado os recentes resultados favoráveis desses processos, a Companhia apoiada por seus assessores jurídicos, entende que o risco de perda alterou de provável para "remoto", e, desta forma, não se faz necessária a constituição de provisão. Por esse motivo a provisão constituída para o exercício de 2021 foi integralmente revertida em 2022. Segue abaixo a movimentação das contas de provisão:

	2022	2021
Saldo no início do exercício	34.454	14.748
Adições	182	20.989
Recuperações/realizações	(32.975)	(1.283)
Saldo no final do exercício	1.661	34.454

A Companhia tem ações de natureza trabalhista e cível, envolvendo riscos de perda classificadas pela administração como possíveis, com base na avaliação de seus assessores legais, para as quais não há provisão constituída. O montante estimado dos riscos trabalhistas classificados como possíveis é de R\$2.418 (R\$1.725 em 31 de dezembro de 2021), causas possíveis para civis é de R\$ 1.019 (sem efeitos 31 de dezembro de 2021) e tributários não é estimado nenhum risco(R\$12.579 em 31 de dezembro de 2021, relacionados a questionamentos sobre a utilização de crédito tributário de ICMS no estado do ES e que está em fase de defesa).

16. Patrimônio líquido: a. Capital social: Em 31 de dezembro de 2022, o capital social da Companhia é de R\$35.179, composto por 35.179.422 quotas, no valor nominal de R\$1,00 (um real), totalmente subscritas e integralizadas. O capital social, desde que totalmente integralizado, poderá ser aumentado por deliberação de assembleia de acionistas ou em reunião de sócios, em que serão definidos os termos e condições do aumento de capital, será fixado o prazo de até 30 (trinta) dias para o exercício do direito de preferência, e convocada a assembleia geral extraordinária ou a reunião de sócios para aprovar a correspondente alteração no estatuto social. **b. Reserva legal:** Do resultado do exercício foi destinado R\$ 4.530 para a conta de reserva legal perfazendo os 5% atribuídos em lei para a constituição dessa reserva. **c. Reserva de lucros: Reserva de lucros:** A partir do transito em julgado mencionado na nota explicativa nº 9 (*Processo de exclusão do crédito presumido de ICMS da base de cálculo do IRPJ e CSLL*) a Companhia procedeu com a transferência do saldo de R\$ 120.632 da conta de Reserva de Incentivos Fiscais para Reserva de Lucros, por concluir, juntamente com o apoio jurídico, que a receita do crédito presumido de ICMS não está enquadrada nos critérios de tratamento como subvenções para investimento, sendo assim, dispensada de observar os requisitos da Lei Complementar 160. Como o processo não incluiu a Filial de Fortaleza, apenas o saldo vinculada à ela permaneceu com o esse tratamento. Foi destinado à conta de reserva de lucros os resultados remanescentes do período que somaram R\$ 53.080, perfazendo o total de R\$ 173.712 na referida reserva. **Reserva de incentivos fiscais:** A Empresa é beneficiária de programas de incentivos fiscais ligados ao ICMS nos seguintes estados: Fortaleza: PCDM - Programa de Incentivos às Centrais de Distribuição de Mercadorias conforme Decreto nº 32.438/2017. No exercício findo em 31 de dezembro de 2022, a Empresa registrou no resultado o valor de R\$1.277. **d. Distribuição de lucros:** Em 2022, conforme previsto em seu estatuto, a distribuição aos acionistas R\$ 21.517 (sendo R\$ 19.177 de dividendos e R\$ 2.400 de juros sobre capital próprio) a título de dividendos mínimos obrigatórios (25%), esse montante é resultado do lucro líquido do exercício excluindo-se a destinação de 5% para a reserva legal. Adicionalmente foi deliberado em 30 de dezembro de 2022 em Assembleia Geral o montante adicional de R\$ 8.549 em dividendos intercalares do exercício corrente e após o encerramento do exercício foi proposto dividendos adicionais no montante de R\$ 1.643 somando um total em distribuição de R\$ 31.709 (R\$104.503 em 31 de dezembro de 2021). Os juros sobre capital próprio foram calculados e contabilizados de acordo com a Lei nº 9.249/95 no montante de R\$ 2.400 (R\$9.085 em 31 de dezembro de 2021) conforme informado acima. O benefício de Imposto de Renda e Contribuição Social, advindo da

(i) Em 2021 Companhia realizou a revisão dos cálculos de arrendamento. Como resultado dessa revisão, realizou o ajuste de ativo de arrendamento e passivo direito de uso, reconhecendo no resultado do período o montante de R\$ 3.258. Os valores reconhecidos no resultado do período decorrentes da aplicação normal estão apresentados nas notas explicativas 18 - Despesas por natureza e nota explicativa 20 - Resultado financeiro. Os valores apresentados na nota de despesas por natureza como despesas de aluguel são despesas de arrendamento classificadas como isenções da norma. A despesa corrente total com arrendamentos considerados isentos à norma totalizou R\$ 2.087 (R\$ 1.045 em 31 de dezembro de 2021). A Companhia não possui contratos de subarrendamento e transações de retroarrendamento.

13. Fornecedores:

	2022	2021
Fornecedores nacionais	425.824	427.365
Contas a pagar	2.302	3.066
Frete a pagar	1.431	1.061
Partes relacionadas (nota 21)	28.905	13.772
Ajuste a valor presente	(17.665)	(14.679)
Total	440.797	430.585

Os fornecedores nacionais são compostos pelas compras realizadas para manutenção de seu estoque, já as contas e fretes a pagar são as despesas de curto prazo girando em média 45 dias para o pagamento. A movimentação do ajuste a valor presente é assim demonstrada:

	2022	2021
Saldo no início do exercício	14.679	11.257
Adições	2.986	3.422
Saldo no final do exercício	17.665	14.679

dedutibilidade do valor dos referidos juros, lançado no resultado do exercício em 31 de dezembro de 2022, foi de R\$816. A Companhia, para fins de atendimento às normas fiscais, contabilizou os juros sobre o capital próprio pagos ou creditados no exercício em contrapartida à rubrica de "despesas financeiras". Para fins de preparação destas demonstrações financeiras, esses juros são revertidos do resultado contra a conta de lucros acumulados, conforme determinado pelas práticas contábeis. Sobre tais juros, foi retido o imposto de renda na fonte à alíquota de 15%.

17. Receita líquida de vendas: É demonstrada a seguir a reconciliação entre a receita bruta e líquida:

	2022	2021
Receita bruta de vendas de mercadorias	2.267.526	2.061.452
Receita bruta de produtos	331.292	461.396
Receita bruta de vendas serviços	50	294
Devolução de vendas	(62.702)	(65.851)
Impostos sobre a venda	(410.755)	(461.688)
Ajuste a valor presente	(58.825)	(59.413)
Receita operacional líquida	2.066.586	1.936.230

As receitas da Companhia advém de vendas substancialmente para mercado interno.

18. Despesas por natureza:

	2022	2021
Despesas classificadas por função:		
Custos das mercadorias e produtos vendidos e serviços prestados (i)	(1.562.828)	(1.467.097)
Despesas comerciais	(190.128)	(182.652)
Despesas administrativas	(163.260)	(166.762)
Depreciação e amortização	(1.916.216)	(1.816.511)
Depreciação ativo direitos de uso	(10.014)	(8.080)
Despesa com pessoal	(21.767)	(19.535)
Custos das mercadorias vendidas e serviços prestados	(1.024)	(159.980)
Honorários da administração	(1.562.828)	(1.467.097)
Demais despesas operacionais	(4.176)	(3.732)
	(148.410)	(159.087)
	(1.916.216)	(1.816.511)

(i) O impacto dos rebates no custo da mercadoria vendida foi positivo no valor de R\$ 39.628 (R\$ 33.379 em 31 de dezembro de 2021) desses R\$ 4.306 ainda não havia sido recebido em 31 de dezembro de 2022 (R\$ 6.030 em 31 de dezembro de 2021) e encontra-se em aberto na linha de "Outras contas a receber" no balanço patrimonial apresentado.

19. Outras receitas/despesas operacionais:

	2022	2021
Perdas na alienação e baixa do imobilizado	556	(403)
Recuperação de créditos tributários (i)	1.949	81.137
Resultado com venda de sucata	(1.408)	(1.163)
Honorários referentes a ganhos tributários não recorrentes (ii)	9.541	-
Outros ganhos ou perdas	(4.146)	(3.359)
Saídas em bonificação	(866)	(272)
Total	(13.456)	75.940

(i) Em 2021 a Companhia registrou em fevereiro de 2021 o valor de R\$ 81.137 referente ao processo tributário que trata da exclusão do ICMS na base de cálculo do PIS e da COFINS do período de 12/2009 até 02/2020 e 06/2020 após o trânsito em julgado, esse valor foi mensurado com base nos arquivos fiscais de venda do período objeto da ação judicial, conciliados com as informações contábeis e obrigações acessórias. (ii) Honorários referentes aos ganhos tributários explicados na nota 9a.

20. Resultado Financeiro:

	2022	2021
Receitas financeiras:		
Variação monetária ativa (i)	27.468	27.721
Juros ativos sobre clientes e mútuo	5.120	4.100
Descontos recebidos	277	467
Ajuste a valor presente clientes	60.240	58.261
Instrumentos financeiros - swap		1.381
Operações compravenda	4.535	-
Juros sobre aplicações financeiras	3.413	726
Despesas financeiras:	101.053	92.656
Variação cambial sobre empréstimos	-	(8.159)
Juros passivos sobre empréstimos	(47.811)	(23.019)
Despesa com adm de cartões de crédito	(21.289)	(17.972)
Instrumentos financeiros - swap	(18.192)	-
Operações compravenda	(4.470)	(2.013)
Demais despesas com juros	(905)	(348)
Descontos concedidos	(172)	(576)
IOF	(2.001)	(1.468)
Despesas bancárias	(1.146)	(1.224)
PIS e COFINS sobre receitas financeiras	(1.687)	(1.535)
Despesas com financiamentos	(43)	-
Juros sobre arrendamento - direito de uso	(10.405)	(7.501)
Ajuste a valor presente fornecedores	(56.853)	(39.630)
Juros antecipação de recebíveis de marketplaces	(26.441)	(14.410)
Juros sobre risco sacado	(18.468)	(5.054)
Outras despesas financeiras	(2.166)	(1.047)
	(212.049)	(124.001)
	(10.996)	(31.345)

(i) Conforme mencionado na nota explicativa anterior no rodapé "i", em 31 de dezembro de 2021 foi registrado o ganho referente ao processo tributário que trata da exclusão do ICMS na base de cálculo do PIS e da COFINS do período de 12/2009 até 02/2020 e 06/2020 após o trânsito em julgado, desse ganho R\$ 27.721 refere-se à atualização monetária (Selic) de todo esse período.

21. Saldos e transações com partes relacionadas: A Companhia mantém transações com partes relacionadas com as seguintes Companhias: **Hulter Indústria e Comércio de Peças para Refrigeração Ltda.** - Companhia que atua na produção de peças com origem na indústria metal-mecânica para o mercado de refrigeração, climatização (HVAC) e ferramentas. **Defrio Comércio de Gases Ltda.**: Companhia que atua na importação de produtos químicos e petroquímicos por conta e ordem da Dufrio; **Dufrio Financeira, Crédito, Financiamento e Investimentos S.A.**: Instituição financeira que busca promover e facilitar o acesso dos clientes da Dufrio à linhas de crédito específicas além de outros produtos financeiros disponíveis para o público externo. **Friomaster Participações S.A:** Holding da Refrigeração Dufrio Comércio e Importação S/A sendo uma Companhia de capital fechado que tem como objeto social a atividade de administrar os bens próprios da sociedade além de possuir participação de 100% do controle das empresas acima mencionadas "Hulter" e "Defrio". Os saldos em aberto da Companhia é apresentada na tabela a seguir:

	2022	2021
Ativo		
Ressarcimento Dufrio Financeira	1.090	852
Ressarcimento Hulter Indústria de Peças	1.363	411
Contas a receber - Hulter	2.453	1.011
Passivo		
Dividendos e JCP a pagar - Friomaster	-	(1.816)
Fornecedores - Dufrio Financeira	(659)	(34)
Fornecedores - Defrio	(25.181)	(12.707)
Fornecedores - Hulter	(1.422)	(1.031)
	(28.905)	(15.588)
Resultado		
Faturamento - produtos Hulter	43.535	33.712
CMV - compras - produtos Hulter	(30.141)	(41.973)
CMV - compras - Serviços Defrio	(147)	(203)
Ressarcimento de despesas administrativas Hulter	1.363	411
Ressarcimento de despesas administrativas Dufrio Financeira	1.090	852
	15.700	(7.201)

A Companhia possui títulos a pagar junto a parte relacionada Defrio Comercial de Gases Ltda. em virtude de importações por conta e ordem que realiza por seu intermédio. **a. Remuneração do pessoal chave da Administração:** O pessoal-chave da administração inclui somente os administradores da Companhia. A remuneração paga ou a pagar ao pessoal-chave da administração, por seus serviços, está apresentada a seguir:

	2022	2021
Benefícios de curto prazo (salários, ordenados e despesas com assistência médica)	3.480	3.110
Seguridade social	696	622
Total	4.176	3.732

Exceto pelo pró-labore, a Companhia não pagou as suas pessoas chave da administração, remuneração em outras categorias de (i) benefícios de longo prazo; (ii) benefícios de rescisão de contrato de trabalho; e (iii) remuneração baseada em ações. Esses montantes estão contabilizados no resultado do exercício, na rubrica de "Honorários da Administração".

DIRETORIA	
Dagoberto Artêmio Zanon Diretor	Guillermo Zanon Diretor

CONTADOR	
Rodrigo Hefpner Contador - CRC/RS-101671/O	

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Aos Acionistas e Diretores da **Refrigeração Dufrio Comércio e Importação S.A.**
 Porto Alegre - RS

Opinião com ressalvas: Examinamos as demonstrações financeiras da Refrigeração Dufrio Comércio e Importação S.A. ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2022 e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, compreendendo as políticas contábeis significativas e outras informações elucidativas. Em nossa opinião, exceto pelos efeitos dos assuntos descritos na seção a seguir intitulada "Base para opinião com ressalvas", as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Dufrio Comércio e Importação S.A., em 31 de dezembro de 2022, o desempenho de suas operações e os fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião com ressalvas: Conforme nota explicativa 08, em 10 de agosto de 2020, a Companhia obteve decisão judicial transitada em julgado concedendo o afastamento da exigência da inclusão do ICMS na base de cálculo da contribuição para o PIS e a COFINS, e garantindo, dessa forma, o direito à compensação dos valores recolhidos desde dezembro de 2009. Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2021, a Companhia mensurou e reconheceu o correspondente ativo relacionado aos créditos tributários decorrentes da ação judicial no montante de R\$ 107.160 mil, sendo R\$ 81.138 mil referente ao principal e R\$ 26.022 mil referente à atualização monetária, além de obrigações de honorários de sucesso advocatícios relativos as referidas ações judiciais no montante de R\$ 10.772 mil. Consequentemente, nas demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2021, as rubricas de outras (despesas) receitas operacionais líquidas e receitas financeiras estão apresentadas a maior em R\$ 81.138 mil e R\$ 26.022 mil, respectivamente, e as rubricas de despesas administrativas e a despesa de impostos de renda e contribuição social estão apresentadas a menor em R\$ 10.772 mil e R\$ 32.772 mil, respectivamente. Em decorrência desse assunto, a nossa opinião sobre as demonstrações financeiras do exercício corrente inclui modificação em relação ao efeito desse assunto sobre as informações correspondentes de 31 de dezembro de 2021 apresentadas para fins de comparabilidade. Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras".